

ALGUNS PROBLEMAS DA NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA

Mário Gomes Marques (moderador)
Joaquim Fontes Pacheco
Paulo Ferreira de Lemos
Valdemar Cordeiro

Mário Gomes Marques:

No decurso das reuniões preparatórias do presente Congresso, surgiu a hipótese de se realizarem diversas mesas redondas, em que numismatas com experiência em determinadas áreas discutissem, informalmente, alguns temas controversos. Nessas mesas redondas não deveria haver qualquer preocupação de se chegar a conclusões definitivas ou de se produzir doutrina sobre as matérias tratadas. Os intervenientes deveriam antes chamar a atenção para o muito que os estudiosos ainda ignoram, declarar sem reboço as suas dúvidas, alertar o auditório para as extensas zonas de sombra que urge esclarecer.

Razões de vária ordem, muito em especial a escassez do tempo disponível, levaram a que apenas fosse possível concretizar uma reunião desse tipo. Assim, ficou decidido que nela se versassem alguns dos problemas em aberto da numária medieval portuguesa e, hipervalorizando os meus méritos em tal domínio, a Sociedade Portuguesa de Numismática houve por bem escolher-me para actuar na qualidade de moderador. Colocado perante tamanha responsabilidade, tentei compensar o desacerto da escolha, rodeando-me de estudiosos de todos bem conhecidos e de todos respeitados pelo seu saber. Assim, tive a boa fortuna de acederem ao meu pedido de colaboração o Dr. Fontes Pacheco, o Eng.º Paulo de Lemos e o Eng.º Valdemar Cordeiro, além do Dr. Javier Salgado, que afazeres inadiáveis impediram de estar presente.

Na reunião prévia que realizámos, foi unanimemente aceite que importava evitar a superficialidade excessiva sem se cair no pecado oposto da excessiva minúcia. E foi também unanimemente aceite a ideia de que os temas a tratar deveriam ter interesse tanto para investigadores como para os que

apenas se dedicam ao coleccionismo. Por isso, resolvemos limitar a discussão a três ou quatro assuntos e não houve quaisquer dúvidas em escolher o problema das origens das emissões como um dos que se impunha considerar.

Acontece que o Eng. Paulo de Lemos se preocupa, desde há muito, com esse problema. Segundo cremos, Paulo de Lemos foi até o primeiro numismata a chamar a atenção para as dificuldades que existem em compreender a evolução tipológica dos dinheiros portugueses, a menos que se admita a produção simultânea ou sucessiva em duas ou mais casas de moeda, com tradições em certa medida independentes. Está, pois, particularmente qualificado para tratar da matéria.

Porém, antes de lhe pedir que o faça, gostaria de advertir os especialistas de numismática clássica aqui presentes de que, provavelmente, vão ouvir falar de casas da moeda e de oficinas em contextos em que essas designações aparecem como sinónimas. É possível que tal imprecisão os surpreenda, na medida em que, no mundo clássico, as oficinas eram unidades funcionais dotadas de individualidade dentro das casas da moeda, individualidade essa que muitas vezes se traduziu em especificidades das denominações produzidas, das tipologias adoptadas e até das áreas geográficas a que forneciam numário. Contudo, pelo menos tanto quanto sabemos, as casas da moeda que funcionaram em Portugal durante a Idade Média não estavam divididas em unidades comparáveis às oficinas clássicas e daí que os especialistas em numária medieval portuguesa falem, indiferentemente, em casas da moeda e em oficinas.

Feita esta advertência, vamos ouvir o Eng. Paulo de Lemos.

Paulo Ferreira de Lemos:

Agradeço à Sociedade Portuguesa de Numismática, promotora deste Congresso, a possibilidade de realização desta mesa redonda e ao Prof. Doutor Mário Gomes Marques a amável introdução às minhas palavras.

Nesta intervenção, procurarei dar uma ideia geral das oficinas monetárias — e usarei esta designação como sinónima de casas da moeda — que produziram moedas desde o princípio da monarquia (1139) até ao fim do reinado de D. Afonso V (1481).

Logo de início, uma dúvida: Onde foram batidas as moedas dos primeiros reis?

Na comunicação que já apresentei a este Congresso, citei: Braga, Porto, Coimbra, Lisboa. E também referi Guimarães, como alternativa possível.

Recordemos que apenas duas moedas anteriores a D. Fernando têm gravado um indicativo do local de fabrico: Um dinheiro de Afonso Henriques

com a marca *Co*, que, provavelmente, representará a oficina monetária de Coimbra, e um morabitino atribuível a um dos Afonsos, com a letra *B*, a sugerir uma origem em Braga. Mais nenhuma moeda dos primeiros reis tem gravado qualquer sinal indicativo do local de cunhagem. E importa notar que as duas moedas referidas são tidas como duvidosas no que se refere à sua autenticidade.

Aqui, gostaria que me interrompessem. Que me interrompessem, para perguntar os motivos que levam a supor duvidosas estas moedas. O Eng. Ferraro Vaz, que tratou o assunto com muita profundidade, admite a autenticidade do morabitino de Braga, que Aragão atribuiu primeiramente a D. Afonso Henriques e que, mais tarde, considerou falso. Por outro lado, Ferraro Vaz também diverge de Aragão no referente ao dinheiro com a marca *Co*, visto que fala dele como de «discutida autenticidade», enquanto que o autor da *Descrição geral e histórica* não levantou reticências à sua genuidade.

Tenho a respeito das duas moedas opinião diferente da de Ferraro Vaz. Julgo que o dinheiro de Coimbra é capaz de ser autêntico. Pelo contrário, estou convencido de que o chamado morabitino de Braga é uma falsificação. Mas, quero acentuar que se trata de uma opinião e não de uma certeza.

Mário Gomes Marques:

O sr. Eng. Paulo de Lemos convidou-nos a interromper a sua exposição. Por isso vou dar o exemplo, adiantando uma achega que corrobora a opinião por ele expressa quanto ao morabitino de Braga.

Até hoje, todas as opiniões formuladas sobre as moedas assim designadas assentaram em bases estilísticas. A título de exemplo, recordarei que Batalha Reis, no seu livro *Morabitinos portugueses* — aliás repleto de erros —, recusa admitir a sua autenticidade, baseando-se no que chama «o mau aspecto» das peças que observou. A achega que vou fornecer tem, pelo contrário, um carácter menos subjectivo, visto que resultou do estudo analítico do exemplar existente no Museu Numismático Português.

A propósito, e antes de prosseguir, quero aproveitar a oportunidade para agradecer publicamente ao Dr. Almeida Ricardo, administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda aqui presente, todas as facilidades que nos tem concedido para o estudo do material do referido Museu. Sem a sua esclarecida compreensão dos problemas com que se debatem os investigadores, sem a sua atitude de permanente atenção aos interesses da numismática, nunca poderíamos realizar o pouco que temos feito.

Foi essa abertura que permitiu, ao Prof. Eng. Peixoto Cabral e a mim próprio, levar a efeito a análise, por espectrometria de fluorescência de raios X,

dos onze morabitinos daquela instituição. Infelizmente, certas dúvidas quanto ao valor dos dados colhidos impediram-nos de apresentar a este Congresso a comunicação que gostaríamos de ter feito sobre a matéria. Todavia, alguns elementos referentes ao morabitino de Braga não oferecem dúvidas e são de tal modo interessantes que não resisto à tentação de os resumir.

Em primeiro lugar, importa notar que todos os morabitinos examinados são feitos de ligas de ouro e prata, em que o primeiro elemento predomina, embora se tenha constatado uma muito ampla variação das proporções entre os dois metais. O cobre está também presente, mas em proporções muito modestas, que se situam sempre abaixo dos dois por cento. Curiosamente, o morabitino de Braga, que se revelou como o de liga mais rica — sem dúvida situada entre os 900 e os 920 milésimos — foi a única das moedas analisadas em que a percentagem de cobre excedeu aquele valor, atingindo a ordem dos 5 por cento.

Desta forma, estamos perante uma peça cuja liga difere significativamente das usadas para o fabrico dos morabitinos de autenticidade quase indiscutível. E, por outro lado, ficámos a saber que a liga do morabitino de Braga do Museu MNumismático Português é do tipo das que se utilizavam na produção das moedas de ouro do século XIX. Assim, parece razoável concluir que o estudo analítico efectuado fornece um elemento objectivo que depõe contra a genuidade da peça em causa e que sugere que a sua feitura teve lugar no século XIX, com ouro obtido a partir de moedas então correntes. Julgamos que este dado vem confirmar a afirmação do conselheiro Vargas, mencionada por Batalha Reis, de que os morabitinos de Braga haviam sido forjados pelo gravador Manuel Granadeiro, de Viseu, por encomenda de Amaral do Toro.

Paulo Ferreira de Lemos:

A propósito do morabitino de Braga, quero ainda acrescentar que Ferraro Vaz, para o considerar legítimo, se viu obrigado, aduzindo razões metro-lógicas, a proceder à sua inclusão na numária de D. Afonso II. Ora, tanto quanto se sabe, a corte nunca permaneceu em Braga durante o reinado deste soberano. Deste modo, parece-me difícil aceitar que, nessa época, tivesse havido produção local de moeda de ouro.

Mas continuemos: Tudo leva a crer que, de D. Afonso III até D. Fernando, todas as moedas produzidas são de Lisboa. Aqui, é importante esclarecer o que pretendo significar com esta afirmação: Quando digo que as moedas produzidas são de Lisboa, quero apenas sugerir que os moedeiros que as fizeram pertenceriam a uma oficina sediada em Lisboa, embora acompa-

nhassem o rei nas suas mudanças de residência e batessem ocasionalmente moeda nas localidades em que estanciavam.

Foi só com D. Fernando que as oficinas monetárias começaram a marcar as moedas que produziam. Assim, há moedas de Lisboa com o indicativo *L*, com o indicativo *L B*, com *LISBOA* por extenso — a um e outro lado do busto do rei — ou com a cruz de Cristo. Estão neste último caso os pilartes, em que a pequena cruz sob a coroa corresponde, nitidamente, a um indicativo da casa da moeda.

Há também moedas do Porto, que marcou as suas emissões com *P*, com *P O* e com *PORTO* por extenso. Há ainda Milmanda, que usou os indicativos *M* e *M I*. Relativamente a esta última oficina, quero recordar que o Dr. Mário Gomes Marques pensa que as moedas assim assinadas foram lavradas em Miranda do Douro. Contudo, se é certo que Milmanda me diz pouco, não quero deixar de recordar que as cunhagens de D. Fernando em localidades diferentes daquelas em que usualmente se batia moeda foram sobretudo feitas para vincar a sua suserania nas regiões a que essas localidades pertenciam. Deste modo, uma vez que Miranda do Douro já pertencia ao território nacional, não me parece que houvesse grande interesse em se lavar aí moeda com marca monetária identificativa.

Além das moedas de Milmanda, outras há que foram batidas em Samora, que usou os indicativos *C A* e *C*, na Corunha, que marcou as suas produções com *CR V* e com *C V*, de Tui, que assinalou as suas cunhagens com a letra *T*, e de Valência de Alcântara, que usou *V A* e o *V* isolado. As moedas em que aparecê esta última marca foram também atribuídas a Vigo, mas não encontro motivos para esta atribuição.

Vêm depois raras moedas muito mais polémicas: São as marcadas com a letra *Q* e uma roseta e aquelas que têm uma pequena torre. Estas moedas têm sido atribuídas, conforme os autores, a Cória, à Corunha e a Tui.

Quanto a mim, as moedas com a torre são, sem dúvida, da Corunha. O que nelas se encontra representado é um farol. E o farol, a torre de Hércules, reconstruída no tempo de Trajano pelo lusitano Caio Servio Lupo, é o distintivo heráldico da Corunha. No que respeita às moedas com o *Q* e a roseta, a minha posição é diferente. Penso que nenhuma das atribuições que lhes foram dadas — Cória, Corunha ou Carmona — é convincente. Por isso, procedo como Ferraro Vaz, que as classifica, muito simplesmente, como *moedas de Q e roseta*, sem se comprometer com um toponímico.

Gostaria que alguém interviesse sobre o problema da atribuição das moedas de D. Fernando a diferentes oficinas... O que pensa o moderador, aliás um especialista neste reinado.

Mário Gomes Marques:

Não quero monopolizar o diálogo com o Eng. Paulo de Lemos e, por isso, procurarei ser breve.

Quanto às moedas de Miranda, julgo haver uma razão de peso a favor desta atribuição. Como é do conhecimento comum, a ideia de que os exemplares assinados com *M* ou com *M I* foram produzidos em Milmanda surgiu com Leite de Vasconcellos, que não aduziu qualquer argumento válido em apoio da sua hipótese. Ora, como também todos sabem, há pilartes marcados com a letra *M* e este facto é, quanto a mim, praticamente decisivo e contrário à doutrina do ilustre arqueólogo. Na realidade, os pilartes só foram produzidos depois de assinado o tratado de Alcoutim e seria inconcebível que se lavrassem essas moedas em nome do rei de Portugal numa localidade que por força desse tratado, regressara ao domínio da coroa castelhana.

O argumento usado pelo Eng. Paulo de Lemos contra a atribuição a Miranda não nos parece válido no caso vertente. É indiscutível que, como afirmou, uma das intenções que presidiram aos lavramentos de guerra efectuados em nome de D. Fernando foi a de, através da moeda, se produzir uma afirmação de soberania em terras de Castela. Todavia, não creio que essa intenção fosse a única e duvido mesmo que tenha sido a principal. Julgo, pelo contrário, que a cunhagem multicêntrica foi sobretudo determinada pela necessidade urgente de se suprirem as carências locais de numerário, carências essas que tinham crescido em flecha, em razão do conflito e da desvalorização da moeda. Ora o suprimento por fonte local era sobremaneira importante nas povoações distantes dos centros emissores habituais ou separadas destes pela presença de forças inimigas. Foi esse o caso de Miranda do Douro e não tenho dúvidas de que as razões puramente económicas chegam para explicar os lavramentos que então se efectuaram nessa praça portuguesa.

Quanto às moedas com a torre, penso que há uma distinção a fazer. Os exemplares a que o Eng. Paulo de Lemos se referiu, em que o tema central de uma das faces é um farol, parecem-me, de facto, lavradas na Corunha. No entanto, há outras moedas de D. Fernando — torneses de cruz — que têm um pequeno castelo acima do escudo do anverso, na posição habitualmente ocupada pela assinatura da oficina. E há ainda outras — meios torneses — em que um pequeno castelo serve de sinal de abertura da legenda. Por razões de estilo, julgo que tanto estas últimas como as do grupo anterior não foram lavradas na Corunha, ainda que possam ter sido destinadas a essa localidade.

Ao longo do estudo a que procedi da numária de D. Fernando, acabei por constatar que as diferentes casas da moeda trataram os motivos tipoló-

gicos de maneiras muito diferentes e bastante características. E acontece que os torneses e meios torneses que referi têm, em alguns casos, o estilo típico de Samora, enquanto em outros patenteiam modalidades de tratamento próprias de Lisboa. Pelo contrário, nenhuma delas exhibe qualquer indício do estilo característico da Corunha.

Paulo Ferreira de Lemos:

Quivi com agrado, como sempre, o Dr. Mário Gomes Marques. Em todo o caso, não fiquei convencido com os seus argumentos quanto às moedas marcadas com *M* e com *M I*. É certo que não tenho melhor hipótese e volto a dizer que não consiero a ideia de Milmanda muito sedutora.

Por outro lado, a doutrina que defendeu quanto às moedas com o castelo vem ao encontro do que eu próprio defendo. Há mais exemplos de moedas feitas em determinado local mas destinadas a outro.

Isto prende-se com um assunto que já afflorei. O rei e os exércitos, quando se deslocavam, não levavam consigo uma casa da moeda. Mas, muitas vezes, levavam moedeiros e os utensílios necessários para as cunhagens de emergência, e, possivelmente, até cunhos preparados para amoedação.

E, uma vez que não se voltou a falar das moedas com a letra *Q*, insistirei um pouco mais sobre elas. O Dr. Gomes Marques escreveu, em tempos, que se trataria de um erro de grafia e adiantou a hipótese de que essas moedas teriam sido lavradas em Samora, com cunhos abertos por gravadores não familiarizados com o *C* cedilhado. Não creio... Não aceito a hipótese de erro, tanto mais que essas moedas são até bastante cuidadas na sua execução. Por isso, volto a perguntar: De onde serão essas moedas? Como já disse, Ferraro Vaz não toma posição sobre o assunto. O mesmo não aconteceu com Batalha Reis, que sugeriu Cória, aceitou depois a hipótese da Corunha e considerou também a possibilidade, a que não deu seguimento, de se tratar de Carmona. Ora é preciso não esquecer que, pelo menos tanto quanto me ocorre, Cória era então uma povoação sem importância, onde nunca estiveram forças portuguesas significativas e que o mesmo aconteceu, quanto às forças militares, com Carmona. Mas é evidente que se pode admitir a ideia de ter havido a intenção de ir a essas localidades e de, por esse motivo, se terem cunhado moedas que a elas se destinavam.

Enfim, estamos no terreno das hipóteses, mas, como disse o moderador, agitar problemas e sugerir hipóteses são as finalidades desta mesa redonda.

Dr. Mário de Castro Hipólito:

Tenho escutado com muito interesse esta troca de pontos de vista e pergunto-me se não teria sido metodologicamente aconselhável abordar o problema da tecnologia da produção das moedas antes de se discutir o das atribuições a determinadas casas da moeda.

Ponho a questão, uma vez que o processo de fabrico, a tecnologia, poderá diferir de local para local. Assim, se fosse esse o caso para as moedas em causa, o estudo das técnicas usadas no seu fabrico poderia contribuir para resolver alguns dos problemas de atribuição.

Uma casa da moeda é uma estrutura de produção dotada de certa complexidade. Recebe os metais em determinadas condições e tem de os transformar, purificar, preparar e afinar ligas e produzir lingotes que se adequem à modalidade usada de obtenção dos discos. Depois, há o problema da abertura dos cunhos e, por fim, o acto da cunhagem, que é de todos o mais simples.

Ora bem: Falou-se na possibilidade — e não se trata de uma hipótese gratuita, visto que se conhecem antecedentes — de ter havido, em certos períodos da Idade Média portuguesa, cunhagens itinerantes. Os monarcas ausentes da capital, por vezes durante muitos meses, poderiam ter necessidades de numerário, que se resolveriam pela improvisação local de uma casa da moeda.

Como se processaria essa improvisação? Não sei. Confesso a minha ignorância dos problemas medievais, que não são os da minha área, mas ocorre-me perguntar: Não poderiam seguir, com a bagagem real, cunhos já abertos e discos já preparados? Se assim fosse, faltaria apenas realizar o acto final, a cunhagem propriamente dita, isto é, o passo mais simples da amoedação.

E, se houver necessidade — não sei se haveria ou não... estou somente a levantar hipóteses — de, por qualquer razão, política ou outra, assinalar o local de produção, não haveria, por certo, dificuldades de maior. Bastaria um gravador na comitiva, para acrescentar aos cunhos já abertos, mas não assinados, a letra ou sinal convenientes.

Tudo isto são apenas reflexões, que me foram sugeridas pelo que aqui foi dito. Mas é evidente que algumas das hipóteses que adiantei podem estar inviabilizadas à partida. Pode haver aspectos técnicos próprios da amoedação medieval que invalidem as possibilidades que mencionei. Pode a tecnologia da época ser compatível com várias dessas possibilidades. De qualquer modo, julgo que os problemas tecnológicos deveriam ser considerados e gostaria de saber se há dados documentais que nos esclareçam em tal matéria.

Mário Gomes Marques:

Agradeço ao Dr. Castro Hipólito a sua intervenção, que me pareceu pertinente e muito útil. Infelizmente, se é certo que sabemos algo sobre a orgânica das casas da moeda no período medieval, não existem documentos que esclareçam sobre a tecnologia usada, ao longo desse período, no nosso país.

No entanto, é lógico pensar que ela não diferiria da seguida nos outros países do Ocidente Europeu e que é conhecida através de fontes descritivas, arqueológicas e iconográficas. Assim, penso, como o Dr. Castro Hipólito, que o estudo minucioso das particularidades relacionáveis com os aspectos técnicos da amoedação poderá, eventualmente, contribuir para o esclarecimento da origem de algumas moedas. Mas não me parece que o contributo desse estudo venha a ser muito significativo, visto que, provavelmente, as várias casas da moeda usavam técnicas sobreponíveis. Tenho mais esperanças nos resultados de uma análise aprofundada dos pormenores estilísticos e na identificação de sinais ocultos e outras marcas privativas.

Paulo Ferreira de Lemos:

A hipótese do acabamento local de cunhos previamente abertos nas casas da moeda com instalações fixas, sugerida pelo Dr. Castro Hipólito, é, evidentemente, de considerar. Contudo, em muitos casos, todo o trabalho de abertura dos cunhos pode ter sido realizado em instalações provisórias, visto que o material para isso necessário — burís, punções, cinzéis — não era de transporte difícil.

Mas voltemos à sucessão das casas da moeda. Deixemos em paz o senhor D. Fernando e passemos a D. Beatriz, que, usando a qualidade de rainha de Portugal, lavrou, em Sevilha, algumas moedas, hoje raríssimas. A origem dessas moedas está atestada pelas letras *S A*, a um e outro lado do busto, sendo o *A* pouco evidente em um dos exemplares publicados. Este facto conduziu à afirmação errada de que algumas peças estariam apenas marcadas com a letra *S*.

Vem a seguir D. João I, que lavra moeda em Lisboa, com os indicativos *L* e *L B*, no Porto, com *P* e *P O*, e em Évora, cuja oficina usou os indicativos *E*, *E V* e *EVOR*. Não me parece provável que, no tempo de D. João I, se tenha cunhado moeda em Ceuta. Os autores que afirmam que tal aconteceu não apresentam, a meu ver, argumentos convincentes.

Com D. Duarte, cessam as cunhagens em Évora. Este monarca apenas fabrica moeda em Lisboa, que usa o indicativo *L*, e no Porto, que marca

as suas produções com a letra *P*. Há ainda a possibilidade, sugerida por um por um exemplar de real preto, de que Lisboa tenha marcado raras moedas com o indicativo *LB*. Contudo, o *B* do exemplar em causa é duvidoso.

No reinado de D. Afonso V surgem moedas em que há duas indicações de oficina, a par das mais comuns, em que, como era norma, apenas se encontra o indicativo de uma casa da moeda. Assim, há exemplares com *L*, com *P*, com *T*, com *C* e com pequenas cabeças de touro. E há outros com *P* e *C* e com *P* e *T*, que possivelmente correspondem a cunhagens efectuadas no Porto mas destinadas a Toro, ou realizadas pelos moedeiros que terão acompanhado os exércitos, com cunhos trazidos do Porto e a que foram adicionados símbolos indicativos do local de lavramento.

No mesmo reinado, foram também comuns as moedas sem indicativo da origem e aparecem numerosos exemplares em que as marcas *C* e *CE* apontam para lavramentos realizados em Ceuta.

Finalmente, quero referir as interessantes moedas de D. Afonso V com a letra *A*. Essas moedas são espadins e ceitis. Nestes últimos o *A* está colocado à direita das torres, isto é, na posição em que também se encontram o *P* e o *C* das produções do Porto e de Ceuta, ou sobre a torre central. Nos espadins, o *A* aparece à esquerda do motivo tipológico principal, umas vezes isolado e outras acompanhado da letra *P*, colocada à direita desse mesmo motivo.

Como alguns recordarão, a letra *A* dos espadins foi interpretada como possível inicial do nome do rei. Contudo, esta interpretação nunca me pareceu satisfatória e, depois de conhecer os ceitis marcados com a mesma letra, atrevo-me a afirmar que não pode corresponder à verdade. De facto, tanto nos espadins como nos ceitis, o *A* não se apresenta coroadado e ocupa, no campo de uma das faces, a posição e o modesto destaque que são usuais para os indicativos das oficinas monetárias. Por isso, penso que o símbolo em questão é um indicativo de Arzila — já publiquei as razões que me conduziram a esta atribuição — e que a sua inscrição nas moedas significa que elas foram aí cunhadas ou, como é mais provavelmente o caso das que também ostentam a letra *P*, lavradas em outras oficinas mas destinadas ao financiamento da conquista dessa praça africana ou a fornecer a mesma com numerário.

Mário Gomes Marques:

Acabamos de ouvir uma síntese da evolução das marcas oficiais na moeda medieval portuguesa, feita com a simplicidade e clareza que apenas são possíveis aos que, como é o caso do Eng. Paulo de Lemos, dominam inteiramente os assuntos de que tratam.

Uma vez que ninguém mais manifesta o desejo de intervir sobre o assunto, gostaria de chamar a atenção para um ponto que me parece interessante: Com excepção dos dinheiros marcados com *Co* e de um curiosíssimo dinheiro atribuível a D. Afonso Henriques, publicado por Orol Pernas, em que a origem conimbricense está expressa por extenso, as moedas medievais portuguesas só com D. Fernando começam a ostentar assinaturas oficiais. A partir desse reinado, tais assinaturas estão presentes na grande maioria das denominações que contêm metais preciosos e são também comuns nas moedas de cobre. É certo que há casos em que isso não acontece, particularmente na numária de D. Afonso V. Mas não me recordo de qualquer moeda unitária, de ouro, prata ou bolhão, seguramente produzida entre 1367 e 1438, em que falte o indicativo da oficina responsável pela emissão.

Não sei se a omissão do indicativo, em certas moedas fraccionárias então lavradas e em moedas de D. Afonso V, obedeceu a motivos específicos. O que sei, é que nas moedas unitárias do referido período a assinatura é de regra. Esse é um dos motivos que me conduzem a considerar mais precoces os raros torneses lavrados em nome de Dinis, que alguns numismatas insistem em julgar produzidos por ordem do infante desse nome, irmão de D. Fernando.

Sucede que o Sr. Eng. Valdemar Cordeiro é, provavelmente, o numismata que melhor conhece esses torneses. Assim, peço-lhe que nos diga a sua opinião sobre a cronologia das moedas de boa prata lavradas em nome de Dinis.

Valdemar Cordeiro:

Como todos sabem, o problema das moedas de prata anteriores a D. Fernando é muito controverso. Na realidade, pondo de lado os *pennies* falsos lavrados em nome de Afonso, conde de Bolonha, e de D. Dinis, há ainda o caso dos torneses e meios torneses de D. Pedro I, que Fernão Lopes descreve em pormenor e que nunca ninguém viu. Além disso, interessa, ao abordar o assunto, considerar as moedas a que se referiu o Prof. Gomes Marques.

Foi já há alguns anos que me interessei por essas moedas. Tive então a feliz oportunidade de estudar sete exemplares e de notar a diversidade de pormenores que os diferenciam. Assim, os pesos são bastante diferentes, escalonando-se entre 3,62 g. e 4,04 g. Por outro lado, as legendas são também diferentes, sobretudo pela terminação do letreiro do anverso. Nos exemplares que observei encontrei quatro variantes — *ALGARB*, *ALGARB'*, *ALGARBI* e *ALGARBI'* — e é possível que haja outras.

A diversidade das legendas verificada na série que estudei deve significar uma produção relativamente abundante, visto que nela se utilizaram vários cunhos. A raridade actual dos torneses de Dinis pode ser apenas a consequência de uma recolha selectiva, motivada por razões políticas.

Isto conduz-nos ao cerne do problema: Quem cunhou esses torneses? Em que época se realizaram as cunhagens?

O que dizem os tratadistas? O mestre da numismática portuguesa, Teixeira de Aragão, e Ferraro Vaz atribuem-nos ao rei D. Dinis. Por sua vez, Batalha Reis e Lopes Fernandes defendem a hipótese de que o seu lavramento se realizou por ordem do infante do mesmo nome, pretendente ao trono de Portugal por morte de D. Fernando.

Do ponto de vista tipológico, esta última doutrina parece-nos mais defensável. O tipo e a letra em nada se parecem com o tipo e a letra dos dinheiros emitidos por aquele rei. A legenda do reverso está desenvolvida em duas coroas de círculo concêntricas, como acontece em muitas moedas de D. Fernando e de D. João I, e o seu carácter bíblico também aponta para uma época mais próxima do Interregno.

Assim, em bases puramente tipológicas inclino-me para uma atribuição ao infante D. Dinis. Mas, mesmo que se parta desta base, caberá ainda perguntar: E quem mandou cunhar esses torneses? O próprio infante ou o Mestre de Avis, actuando em seu nome?

Como muitos recordarão, as relações entre D. Dinis e D. João I foram, quase sempre, más. Em 1398, chegaram mesmo à opposição frontal. O rei de Castela, a cuja protecção o infante se acolhera, reconheceu-o como soberano de Portugal e D. Dinis tentou apoderar-se do trono pelas armas, invadindo a Beira à frente dos seus partidários. Ao que parece, foi bastante infeliz nessa aventura militar e, pouco depois, Henrique III retira-lhe o seu apoio.

Mas, o que aconteceu em 1398 não significa que a posição dos dois filhos de D. Pedro tenha sido de permanente antagonismo. Há quem defenda a tese de que o Mestre de Avis, bastardo, reconheceu, na fase inicial do Interregno, a legitimidade do seu meio-irmão e aceitou os seus direitos à coroa. Teria actuado então como Regedor em nome de D. Dinis, aguardando que este regressasse de Castela, onde se encontrava refugiado desde que se recusara beijar a mão de D. Leonor Teles. Só mais tarde, por influência dos que o apoiavam, é que o Mestre de Avis teria decidido apresentar-se como candidato ao trono.

É com base nesta hipótese que alguns autores advogam que o lavramento dos torneses em causa terá sido ordenado pelo futuro D. João I. Pessoalmente, considero tal ideia improvável e inclino-me mais para que a sua cunhagem se tenha efectuado em 1398, quando o infante se apresentou como

rei. Porém, sou apenas numismata. Gostaria de ouvir, sobre este problema, a opinião dos historiadores.

Dr. Raul Gonçalves:

Escrevi em tempos, na revista *Selos e Moedas*, editada pelo Clube dos Galitos de Aveiro, alguns apontamentos sobre numismática, destinados a principiantes. Nesses apontamentos, quando tratei da numaria de D. Dinis, referi os torneses de prata e admiti a hipótese, já aventada por Batalha Reis, de que teriam sido lavrados em época posterior.

A ideia que então sugeri foi a de que teriam sido cunhados por ordem do Mestre de Avis, ao tempo em que actuava como Regedor e Defensor do Reino. E puz então a pergunta: Regedor e Defensor do Reino em nome de quem?... Provavelmente, em nome do infante D. Dinis.

Assim, aceitei a doutrina, a que se referiu o Eng. Valdemar Cordeiro, de que só numa fase tardia do Interregno, sob a influência de João das Regras e de outros dos seus partidários, o Mestre de Avis teria decidido apresentar-se como candidato ao trono. Na primeira fase, teria considerado natural que o sucessor de D. Fernando fosse o meio-irmão legitimado e não ele próprio, que continuava a ser um bastardo.

Se as coisas se passaram assim, há uma boa razão para a raridade dos orneses lavrados em nome de Dinis. Depois de ter mudado de atitude, por certo não conviria ao Mestre que eles circulassem. Por isso os terá mandado recolher e fundir. E, de facto, há notícias de que D. João I procedeu a importantes recolhas de prata logo no início do seu reinado.

No que respeita ao estilo e à escrita da moeda em causa, estou de acordo com o que foi dito pelo Eng. Valdemar Cordeiro. A legenda bíblica em dupla coroa de círculo e a caligrafia apontam para uma época posterior ao reinado de D. Dinis.

Mário Gomes Marques:

Confesso que ignoro a existência de documentos comprovativos da hipótese de que, na fase inicial da crise de 83-85, D. Dinis tenha sido reconhecido como rei pelo que poderíamos chamar o partido nacionalista. E confesso mais... tudo quanto sei sobre as circunstâncias do momento parece contrariar a possibilidade de que isso tenha acontecido. É necessário não esquecer que o infante se encontrava então em Castela, acolhido à protecção do monarca que maior perigo constituía para a independência portuguesa e importa também recordar que, na segunda guerra entre D. Fernando e Henrique de

Trastâmara, fizera parte do exército invasor. Não creio que o conflito que o opunha a D. Leonor Teles fosse razão bastante para fazer olvidar toda uma série de factos que depunham contra D. Dinis e que tornariam ilógico esse hipotético reconhecimento.

Assim, se os torneses de que tratamos tivessem sido lavrados por ordem do infante, julgo que a data mais provável para a sua emissão seria o ano de 1398, quando, como referiu o Eng. Valdemar Cordeiro, se verificou o seu reconhecimento como rei de Portugal por Henrique III e por alguns portugueses homiziados em Castela.

Contudo, penso que nem isso aconteceu. Creio que os torneses cunhados em nome de Dinis são anteriores ao Interregno e, por conseguinte, produzidos por ordem do Rei Lavrador.

Em primeiro lugar, ao contrário do que aqui foi dito, os seus aspectos tipológicos apontam para a segunda metade do século XIII ou primeiro quartel do século XIV e não para a fase final deste último. As moedas em causa estão ainda impregnadas de influências românicas e pouco ou quase nada têm do estilo que dominava na época do Interregno. O desenvolvimento da legenda do reverso em duas coroas de círculo concêntricas é inteiramente compatível com o reinado de D. Dinis, visto que essa face não é mais do que uma cópia do *gros tournois*, que então se tornara em moeda internacional. Se a escolha tipológica tivesse sido feita pelo infante, teríamos de concluir que a mesma representaria uma fuga inexplicável aos modelos preferidos, nos reinos peninsulares, durante o último quartel do século XIV.

Em segundo lugar, os torneses lavrados em nome de Dinis não têm assinatura oficial, ao contrário do que foi regra, tanto em Portugal como em Castela, no período do Interregno e nos que se lhe seguiram.

Além disso, embora a hipervalorização da prata fosse possível em moedas de excelente liga — tudo dependia do valor legal que lhes era atribuído —, o facto é que, por razões psicológicas facilmente compreensíveis, se preferiam para o efeito as ligas baixas. Ora acontece que a observação dos exemplares — infelizmente não há dados analíticos seguros — leva a crer que foram batidos com prata de óptima qualidade, ao contrário do que aconteceu com a esmagadora maioria das espécies argêntas lavradas em Portugal e em Castela entre 1383 e o fim do século XIV.

Finalmente, se os torneses de Dinis tivessem sido cunhados em 1398 é razoável pensar numa produção em oficinas castelhanas e, tanto quanto sei, os achados dessas moedas só têm ocorrido em Portugal.

Pelos motivos apontados, continuo a pensar que esses torneses pertencem à numária do rei D. Dinis. Mas, depois desta troca de impressões, gostaria de saber se o Eng. Valdemar Cordeiro têm alguma coisa a acrescentar.

Valdemar Cordeiro:

Fiquei com a impressão de que ninguém dispõe de dados suficientes para proceder a uma atribuição segura. Mas aproveitei a oportunidade para focar um aspecto que esqueci há pouco.

Refiro-me ao problema da autenticidade dessas moedas. Como sabem, a sua autenticidade foi posta em dúvida. No entanto, em face dos exemplares que estudei, considero o tornês de Dinis como uma moeda indiscutivelmente autêntica. A favor desta afirmação, depõem as características desses exemplares e, sobretudo, a diversidade dos cunhos utilizados. Não é fácil aceitar que um falsário se desse ao trabalho de abrir tantos cunhos diferentes, quando poderia obter o mesmo lucro com dois ou três.

Mário Gomes Marques:

Considero extremamente importante esta última achega do Eng. Valdemar Cordeiro. De facto, um dos problemas com que se debatem os estudiosos da numária medieval portuguesa é o da identificação das verdadeiras moedas.

Felizmente, os falsários não se têm dedicado com muito afinco à imitação das moedas medievais. Os preços relativamente modestos que, até há poucos anos, atingiam no mercado numismático não excitava a cobiça e, para além dos morabitanos, poucas são as espécies medievais portuguesas que atraíram a atenção de gravadores desonestos.

Contudo, o problema não se põe apenas em relação às falsificações modernas. Há que considerar as falsificações da época e ainda a existência de peças monetiformes — padrões monetários e contos para contar —, que, em certos casos, não apresentam características que permitam afirmar, sem margem para dúvidas, a sua verdadeira natureza. Assim, há peças que, sendo consideradas como padrões monetários ou como contos por alguns numismatas, podem ser olhadas por outros como verdadeiras moedas.

Temos a sorte de se encontrarem presentes dois dos numismatas portugueses que mais se têm dedicado ao estudo dos contos para contar. São eles o Dr. Joaquim Fontes Pacheco e o Eng. Paulo de Lemos. Vamos pois ouvir a opinião de ambos sobre o problema que referi e peço ao Dr. Fontes Pacheco que inicie a discussão.

Joaquim Fontes Pacheco:

Suponho que já não dispomos do tempo suficiente para proceder a uma discussão geral, mesmo que sucinta, do assunto. Assim, limitar-me-ei a uma breve introdução ao tema «moeda ou conto para contar?» e a apresentar dois

exemplos ilustrativos das dificuldades que ocasionalmente surgem quando se pretende decidir em tal matéria.

Até hoje, vários numismatas se debruçaram sobre o problema, nomeadamente o mestre dos mestres, Teixeira de Aragão, Júlio Meili, Manuel Joaquim de Campos, o saudoso Dr. Batalha Reis e, por último, o Eng. Paulo de Lemos, que, com o seu saber e mestria, desenvolveu o tema em um belo trabalho, publicado na revista *Nummus*, salvo erro em 1955.

Como distinguir uma moeda de um conto para contar?

Para Teixeira de Aragão, a identificação do conto para contar seria feita pela qualidade do metal — cobre ou latão — e pela legenda, que teria características bem diferentes das usadas nas moedas.

Na opinião de Júlio Meili, as moedas distinguir-se-iam dos contos porque, em cada época, estes últimos teriam módulos diferentes e também diferentes dos módulos das espécies monetárias correntes nos períodos a que pertenciam.

Segundo Paulo de Lemos, há que ter em conta para a distinção, não apenas o metal, a legenda e o módulo, mas também o peso, a riqueza das ligas e outras características das peças.

Como vêem, a multiplicidade das características a considerar é, em si mesma, um indício claramente demonstrativo das dificuldades de que, em alguns casos, a decisão se reveste. Essa dificuldade parece-me patente em duas peças da minha colecção, que, por isso mesmo passo a apresentar:

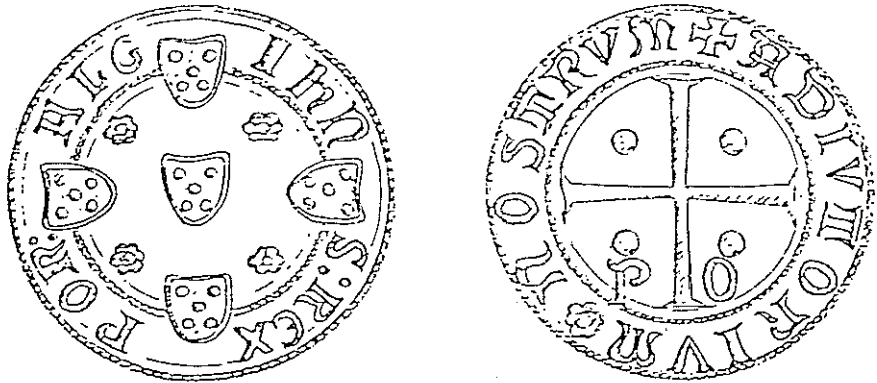


Fig. 1

A primeira (Fig. 1) tem o módulo de 21 mm e o peso de cerca de 1 g. A legenda do averso dis IHN/S:REX/POR:/ALG e está inscrita em bordadura delimitada por duas circunferências concêntricas de pequenas pérolas.

O motivo principal desta face são as quinás, postas em cruz e cortando a legenda. No reverso, cruz equilátera cantonada de quatro arruelas e cercada pela legenda ADIVTORIVM NOSTRVM. No terceiro e quarto quadrantes estão inscritas, respectivamente, as letras P e O. Este reverso é, por conseguinte, muito semelhante ao do *quarto de real* de D. João I, catalogado por Ferraro Vaz com a referência JI.120.

A dúvida que ponho é a seguinte: Será esta peça um conto para contar ou um meio real do mesmo reinado?

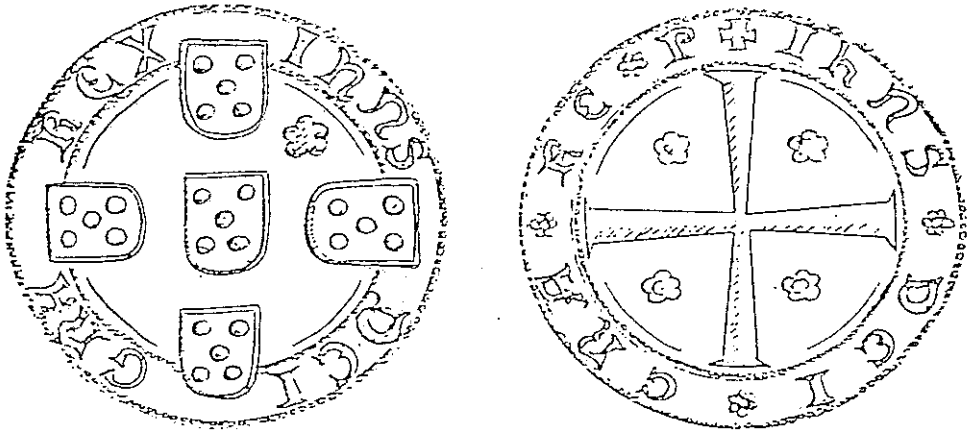


Fig. 2

A segunda peça (Fig. 1) tem o módulo de 23 mm e o peso de 2,4 g. No anverso, cinco quinás, postas em cruz, cortam a legenda, que diz IHNS/DEI/GRA/REX e está desenvolvida entre circunferências de pontos. No primeiro quadrante está inscrita uma roseta.

No reverso, vê-se uma cruz equilátera, cantonada de rosetas. Em redor, a legenda IHNS * DEI * GRA * RE * P, abre por pequena cruz e está desenvolvida entre circunferências de pontos.

Gostaria de ouvir a opinião dos presentes, nomeadamente do Eng. Paulo de Lemos, sobre as peças que acabo de descrever.

Paulo Ferreira de Lemos:

Agradeço, ao Dr. Fontes Pacheco, as amáveis, mas empoladas referências de que só a amizade do ilustre numismata é responsável.

Como é notório, o meio real e o quarto de real são, na realidade, de bolhão, de liga pobre sem dúvida — dois ou três dinheiros — mas em que, de qual-

quer modo, existe prata. Suponho que não será o caso das peças apresentadas, que tive ocasião de observar e que parecem ser de cobre sem qualquer mistura de prata.

Além disso, tanto o módulo como o desenho das peças são muito diferentes dos usuais nas moedas de D. João I. Penso que tais peças são contos para contar e não verdadeiras moedas.

Mário Gomes Marques:

Acabamos de ter a prova das dificuldades que apontei. Dois numismatas com enorme experiência, o Dr. Fontes Pacheco e o Eng. Paulo de Lemos, assumem posições diferentes quanto à classificação das peças aqui apresentadas. Enquanto o primeiro expressou dúvidas, o segundo não hesitou na sua interpretação.

Pena é que o tempo destinado a esta mesa redonda já tenha sido ultrapassado há muito e que, por tal motivo, não nos seja possível ouvir outras opiniões sobre assunto tão apaixonante.

Resta-me agradecer a todos os intervenientes a magnífica colaboração que nos deram e dizer ao auditório quanto nos sensibilizou a atenção manifestada durante os debates.